

Maciel fala em entendimento

Na busca de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo retomou ontem o discurso pelo entendimento com os partidos de oposição no Congresso. O líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), falou numa atuação conjunta "pelo bem do país", mas não escondeu que o governo está mesmo interessado na aprovação do ajuste fiscal, imposição do FMI para um novo acordo. "O governo precisa de um sinal de que as emendas têm chances", disse Maciel. Mas o discurso se mostrou frágil: até agora, o governo não tem qualquer alternativa para oferecer à oposição, que quer mudanças na atual política salarial e avisou que não vota nada antes dos vetos presidenciais a vários projetos.

Na última quinta-feira, o presidente Fernando Collor ouviu dos líderes do PMDB na Câmara e no Senado que o Emendão — que engloba o ajuste fiscal e a proposta de modernização da economia — não será votado este ano. Preocupado, acionou os líderes governistas, que não têm, no entanto, nenhuma estratégia nova. "A política salarial é de difícil operacionalização, mas é um dos pontos que ajudariam o entendimento", admitiu Maciel. Além das dificuldades da administração federal, o senador citou os governadores e os prefeitos para justificar a manutenção da atual política. "Todo mundo quebraria", disse.

Amanhã, às 10h, o Congresso se reúne para votar os vetos. Tanto Maciel quanto o líder do governo na Câmara, Humberto

Souto (PFL-MG), acham que o governo conseguirá mantê-los. "Há muitas possibilidades do governo vencer, mas o que se questiona são as consequências", comentou o líder do Senado. Depois da derrubada da Emenda Richa, que antecipava o plebiscito sobre o sistema de governo para o ano que vem, a manutenção da política salarial afastaria definitivamente a oposição, que não votaria o Emendão este ano.

Sem uma fórmula para evitar o confronto, Maciel disse que algumas alternativas podem ser estudadas, mas não diz quais. Mesmo depois do comunicado formal a Collor de que o Emendão é assunto para 1992, o governo não joga a toalha no chão. Maciel ainda apregoa um entendimento com a oposição em torno do ajuste fiscal, que poderia ser votado na Câmara até o próximo dia 20 de dezembro — quando os deputados saem de férias. Uma convocação extraordinária do Senado no mês de janeiro garantiria a votação complementar.

O ministro da Economia, Marclio Marques Moreira, disse ontem que ao longo desta semana deverá fechar o acordo com o FMI. Ele informou que discutiria ainda ontem com o secretário de Planejamento, Pedro Parente, a versão provisória do acordo. A mesma versão seria apresentada ao presidente Fernando Collor.